

---

## Sujeitas de direito: a divisão sexual do trabalho e a igualdade de gênero sob as óticas do reconhecimento e da redistribuição

### Subject to law: the sexual division of labour and gender equality from the perspective of recognition and redistribution

Kahuana Lohayne de Assis de Campos<sup>1</sup>  
Fábio Pendiuk<sup>2</sup>

#### RESUMO

O Brasil é um país marcado por uma Constituição Federal que coloca todos iguais perante a lei, sendo que os direitos fundamentais e complementares devem ser assegurados independentemente de aspectos religiosos, étnicos, econômicos e também aqueles relacionados ao gênero. Sob o entendimento de que a construção de uma sociedade mais igualitária e equitativa se dá de modo gradativo e sob regulação específica, este estudo pretende contribuir para o debate em ambiente acadêmico acerca de possíveis soluções relacionadas ao preconceito de gênero, visando a formação de uma sociedade justa, que não inferiorize as mulheres com fundamentos puramente sexistas, preconceituosos e machistas. Sendo assim, o texto, a seguir, apresenta a trajetórias históricas da divisão de gênero e da conjuntura do mercado de trabalho marcado pela divisão sexual que justificam o fundamento principiológico da igualdade de gênero sob as óticas do reconhecimento e da redistribuição. Aponta-se, por fim, que somente uma legislação mais específica e rigorosamente fundamentada pode contribuir para o tratamento jurídico dos fenômenos associados à violência simbólica de gênero na divisão sexual do trabalho. Para alcançar estes objetivos, faz-se uso de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, buscando embasamento e deliberações a partir da ótica de diferentes estudiosos da temática.

**Palavras-chave:** Reconhecimento. Redistribuição. Igualdade. Gênero.

#### ABSTRACT

Brazil is a country marked by a Federal Constitution that places everyone equal before the law, and fundamental and complementary rights must be guaranteed regardless of religious, ethnic, economic and gender-related aspects. Under the understanding that the construction of a more egalitarian and equitable society takes place gradually and under specific regulation, this study intends to contribute

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ensino Superior do Paraná, da Fundação de Estudos Sociais do Paraná – FESP. E-mail: <kahuanaacampos@gmail.com>.

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Professor Titular das disciplinas Sociologia Jurídica, Antropologia & Direito e Filosofia do Direito do Curso de Bacharelado em Direito e coordenador do Grupo de Estudos Humanidades em Direito e do Núcleo de Pesquisas em Sociedade & Direito da Fundação de Estudos Sociais do Paraná. E-mail: <fabiop@fesppr.edu.br>.

---

to the debate in an academic environment about possible solutions related to gender prejudice, aiming at the formation of a society fair, that does not inferiorize women on purely sexist, prejudiced and sexist grounds. Therefore, the following text presents the historical trajectories of the gender division and the conjuncture of the labor market marked by the sexual division that justify the principled foundation of gender equality from the perspective of recognition and redistribution. Finally, it is pointed out that only a more specific and rigorously grounded legislation can contribute to the legal treatment of the phenomena associated with symbolic gender violence in the sexual division of labor. In order to achieve these objectives, a bibliographic review of a qualitative approach is used, seeking basis and deliberations from the perspective of different scholars on the subject.

**Keywords:** Recognition. Redistribution. Equality. Genre.

## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país marcado por uma Constituição que coloca todos iguais perante as leis, sendo que os direitos fundamentais e complementares devem ser assegurados a todos, independentemente de aspectos religiosos, étnicos, econômicos e também aqueles relacionados ao gênero. Deste modo, a divisão sexual do trabalho e a igualdade de gênero sob a ótica do reconhecimento e redistribuição devem ser pautas recorrentes, especialmente no âmbito acadêmico.

Mas para discutir toda essa ampla temática, é necessária uma estruturação adequada das pautas, sendo importante inclusive grande atenção a todo o repertório histórico tão atrelado as discussões. Inicialmente, cabe discutir quem são estas mulheres e como a diferença entre gêneros foi se estabelecendo ao longo da história, passando de algo puramente biológico para algo cultural e também de auto reconhecimento, sendo que se no passado a mulher era vista como um homem incompleto, hoje já se entende que os gêneros jamais devem servir como forma de violência simbólica, discriminação, ou como recurso para subjugar ou colocar alguém em posição de inferioridade.

Entendendo estes fatores históricos, outro debate ainda mais específico também é relevante: o mercado de trabalho. Se a violência simbólica é vista em todos os setores da sociedade, o mesmo ocorre no mercado de trabalho, onde mulheres são colocadas em cargos inferiores sem nenhuma justificativa plausível, além de receberem na média salários

---

inferiores ao dos homens, por razões simplesmente atreladas a divisão sexual do trabalho e ao preconceito de gêneros.

Com isso, o estudo tem como objetivo geral: analisar como a divisão sexual do trabalho afeta as mulheres nas divisões de funções. Como objetivos específicos: analisar a construção da divisão de gêneros na sociedade ao longo da história; estudar a conjuntura do mercado de trabalho sobre a ótica da divisão sexual; analisar como a legislação e a igualdade de gênero podem ser buscadas através da ideia da redistribuição e reconhecimento.

Com isso, o estudo levanta a seguinte problemática: somente legislação mais específicas e rigorosas podem solucionar o problema da violência simbólica e da divisão sexual do trabalho?

O estudo se justifica a partir do entendimento de que a construção de uma sociedade mais igualitária e com equidade se dá de modo gradativo, e que a discussão em ambiente acadêmico acerca de possíveis soluções relacionadas ao preconceito de gênero, representa um importante elemento voltado a formação de uma sociedade melhor, que não coloque mulheres abaixo dos homens e diferentes cenários, com fundamentos puramente sexistas, preconceituosos e machistas.

Para alcançar os objetivos mencionados, o estudo decorre de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, buscando embasamento e deliberações a partir da ótica de diferentes estudiosos da temática, além disso, o estudo traz uma análise de leis que regem o direito no país, buscando entender como aquilo observado nas normas estão de fato se desenvolvendo dentro da sociedade.

Deste modo, a pesquisa segue a seguinte estrutura: inicialmente se discute as características históricas e fundamentos utilizadas para a diferenciação dos masculino e feminino ao longo dos séculos. Posteriormente, se discute a questão da divisão sexual do trabalho, sob a ótica das desigualdades ainda tão presentes na sociedade brasileira. Na sequência, são trazidos importantes conceitos relacionados a dignidade humana, igualdade

---

e não discriminação, que são elementos basilares na construção de uma sociedade mais justa. Por fim, se delibera acerca da divisão sexual do trabalho sob a ótica da igualdade de gêneros, do reconhecimento e da redistribuição.

## 2. SUJEITAS DE SEXO E GÊNERO

O presente trabalho busca observar como o preconceito estrutural e como as influências patriarcais e históricas brasileiras, impactam as relações de gênero, especialmente sob o ponto de vista dos reconhecimentos e das redistribuições. Mas para alcançar tais objetivos, é importante que alguns conceitos básicos sejam explorados, assim como determinadas caracterizações sejam feitas. Neste ponto, cabe citar em aspecto inicial, a importância de se explorar a colocação das mulheres dentro do contexto do mercado de trabalho, na igualdade de direitos, assim como do acesso a plena igualdade e equidade em diferentes fundamentos que norteiam a Constituição brasileira. Embora em âmbito teórico, especialmente a partir do embasamento advindo da Constituição Federal de 1988, a equidade nas relações e na tutela do Estado em relação a homens e mulheres está bem amparada, sendo que o grande desafio é colocar em prática tais princípios.

Caracterizar assim como frisar um conceito de que é ser mulher é tarefa extensa e complexa, embora a luz de uma análise superficial e biológica pareça simples. Tal dificuldade decorre do fato da individualidade e da peculiaridade de cada sujeito e sujeita, sob a conjuntura do tempo, espaço, religião, tradições, entre outros aspectos. Sendo que a diversidade é característica inerente as sociedades. Apesar disso, as posições sociais de homens e mulheres caminham em linhas históricas quase sempre de maneira paralela, onde os homens ocupam posições de maior destaque em detrimento das mulheres, com funções mais submissas; obviamente tais fatores não são naturais ou biológicos, mas sim, algo que foi naturalizado devido a heranças históricas e culturais.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.

Trazendo a discussão para aspectos mais práticos e concretos, até o século XVIII a definição do que se caracteriza um homem e do que caracteriza uma mulher se dava unicamente pelas questões anatômicas, isso significa dizer que os órgãos sexuais eram parâmetros suficientes para definir uma mulher. Mas isso não significa dizer que existia uma equidade nas relações, mas sim, ampliava uma disparidade e submissão das mulheres em relação aos homens, prova disso, erra que o corpo do homem era tido como perfeito em detrimento do corpo feminino, que é considerado algo incompleto, ou seja, um corpo masculino defeituoso; ideia essa completamente sem fundamento científico ou biológico, tal teoria se pautava em ensinamento contido na antiguidade clássica da filosofia.<sup>4</sup>

Embora as características naturais de homens e mulheres, assim como os órgãos sexuais sejam diferentes e tenham funções específicas sob a ótica da reprodução, essa visão de mulher como um homem incompleto persistiu por séculos nas mais diferentes sociedades, alcançando até o período da Idade Média.<sup>5</sup>

Colocando a mulher como inferior ao homem, sendo um corpo imperfeito e incompleto, denota também a supervalorização do homem, como algo perfeito, digno de exaltação, e a mulher simplesmente como coadjuvante nas relações, onde sua função primordial se limita a reprodução humana, mas jamais como sujeita ativa e capaz dentro de uma sociedade, e capaz de ocupar posições de destaque a nível social.

A partir do século XVIII, essa visão de mulher como homem incompleto perde força, e até mesmo a partir de ótica científica a mulher passa a ser reconhecida como única, porém, isso não coloca a mulher em parâmetro de equidade em relação ao sexo oposto. Os órgãos sexuais passam a ser o fundamento central para a diferenciação, além disso, as diferenças anatômicas entre homens e mulheres passam a justificar o que julgam fragilidades femininas, reforçando e perpetuando a submissão forçada das mulheres sob o ponto de vista familiar,

---

<sup>4</sup> DALLARI, Dalmo de Abreu. **Os direitos da mulher cidadã**. São Paulo, Saraiva, 2016

<sup>5</sup> LIMA, A. R. **Construção de uma sociedade política**. Revista dos tribunais, v.20. n.19, jul./set. 2015

---

social e demais âmbitos da vida em coletividade<sup>6</sup>

Ou seja, até esse período, as justificativas foram se modificando e se adaptando a diferentes demandas sociais, políticas ou religiosas dentro das mais distintas sociedades; mas de todas as formas, tradições patriarcais foram se perpetuando e servindo como justificativa para colocar a mulher sempre abaixo do homem em todas as situações.

Essa diferenciação entre homem e mulher que passou a ser fundamentada principalmente pelas diferenças biológicas, serviu apenas para afastar ainda mais os gêneros e fazer com que os homens continuassem em cargos de destaque. Em todas as circunstâncias, as razões ou parâmetros utilizados faziam essa separação sem nenhum tipo de equidade.

É possível afirmar então que a forma como a mulher e o homem foram caracterizados ao longo da história não repercute somente as diferenças biológicas, mas teve também influências políticas, culturais e até mesmo religiosas. Até esses períodos da Idade Média e Moderna essa dualidade homem e mulher era o foco principal e capaz de satisfazer em grande medida as discussões e funções dos gêneros dentro dos papéis sociais. No contexto atual, não somente no Brasil, mas também em outros países, alguns de modo mais radical do que outros, as discussões sobre as características dos gêneros já ultrapassaram o campo superficial das diferenças anatômicas, e se aprofundaram sob aspectos emocionais, psicológicos, cognitivos, entre outros fatores que tornam a questão do gênero um assunto complexo e amplo.<sup>7</sup>

É possível enfatizar a partir destas colocações iniciais, que a construção desse dualismo entre homem e mulher como os únicos gêneros possíveis também é uma construção social que se formou ao longo dos séculos, sem levar em considerações as

---

<sup>6</sup> LEMOS JUNIOR, Eloy Pereira. TIAGO, Leandra Chaves. **A dominação masculina e a divisão sexual do trabalho:** perpetuação da violência simbólica em face da mulher brasileira nos espaços públicos. *Redes: R. Eletr. Dir. Soc.*, Canoas, v. 6, n. 2, p. 87-106, set. 2018.

<sup>7</sup> LEITE, M. **O trabalho no Brasil dos anos 2000:** duas faces de um mesmo processo. In: VERAS de O., [et al] (Orgs). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho.* UFPB, 2011.

múltiplas facetas que envolvem o pensamento e comportamento humano. No contexto atual, esse dualismo é visto como algo obsoleto, ou seja, os gêneros e o auto reconhecimento é visto como amplo e aberto, onde aspectos anatômicos não podem ser suficientes para descrever a percepção de cada um e a forma como cada sujeito que ser visto e colocado dentro do contexto social, sendo que tais determinações é algo completamente válido, assim como o respeito as diferenças deve ser aspecto norteador dentro das relações sociais em diferentes conjunturas: política, social, econômica, no mercado de trabalho e afins.<sup>8</sup>

O contexto brasileiro no que se refere a igualdade de gêneros tem ampliado a discussão acerca da importância da equidade nas relações, em diferentes conjunturas, como forma de efetivação de preceitos constitucionais básicos e fundamentais. Se no momento do nascimento a distinção entre homem e mulher se dá basicamente pela estrutura biológica, mas com o crescimento e inserção social de cada sujeito, essa colocação e aceitação dentro de um contexto pode ser diferente do que se tem como desígnio no momento do nascimento, abrindo margem para muitas outras interpretações e forma de se observar e querer ser observado perante os demais. O respeito a essa diversidade, é elemento fundamental para a sustentação de direitos fundamentais, inclusive da dignidade de cada cidadão em sua essência e singularidade.<sup>9</sup>

Embora se perceba maior abertura das discussões e também na aceitação de diferentes gêneros, ainda persiste em grande proporção a relação sexual/social de modo arbitrário e binário. Isso significa dizer que o homem assume neste contexto o papel de dominação, sendo o elo ativo da relação, enquanto a mulher ocupa o elo passivo da relação, entre outras palavras, exerce funções normalmente atreladas a submissão, única e exclusivamente por seu gênero.

---

<sup>8</sup> DALLARI, Dalmo de Abreu. **Os direitos da mulher cidadã**. São Paulo, Saraiva, 2016.

<sup>9</sup> LEMOS JUNIOR, Eloy Pereira. TIAGO, Leandra Chaves. **A dominação masculina e a divisão sexual do trabalho**: perpetuação da violência simbólica em face da mulher brasileira nos espaços públicos. *Redes: R. Eletr. Dir. Soc., Canoas*, v. 6, n. 2, p. 87-106, set. 2018.

Essa conjuntura se torna ainda mais grave e complexa, quando esse sistema binário e arbitrário alcança todos os setores e níveis sociais, hierárquicos ou familiares; em síntese, o preconceito de gênero prejudica as relações mais íntimas, no seio familiar, e alcança até mesmo os espaços mais amplos, públicos ou do mercado de trabalho, onde homens alcançam privilégios em detrimento das mulheres sem nenhum tipo de critério plausível.

Como citado anteriormente, essa divisão binária e arbitral fundamentada sem razões adequadas nos gêneros masculino/feminino afeta diversos âmbitos da convivência social. Um dos locais impactados fortemente por essas razões culturais e históricas, basicamente patriarcais, é o mercado de trabalho. Essa violência simbólica traz impactos não somente na posição em cada gênero ocupa no contexto de trabalho, mas também nas remunerações e nas condições de trabalho, onde empregadores tem o preconceito concreto ou subjetivo nas contratações, assim como no crescimento profissional das sujeitas já inseridas nestas organizações. Cumpre salientar ainda, que não somente no âmbito privado essas disparidades ocorrem, sendo que o setor público também condiciona estas disparidades, onde somente homens tendem a ocupar cargos de destaque, inclusive em cargos públicos através das eleições, onde a grande maioria dos candidatos é do sexo masculino.<sup>10</sup>

Pensando em todos estes aspectos citados anteriormente, a sequência do estudo trará reflexões mais específicas a um setor social, no caso o mercado de trabalho e como a distinção de gêneros e raízes históricas de preconceito acabam tornando esse ambiente ainda injusto, onde o gênero ou forma de se autodenominar dentro de um contexto social traz detrimientos a ocupação, sem nenhum tipo de critério técnico ou semelhante, capaz de fundamentar escolhas.

### 3. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

---

<sup>10</sup> LEITE, M. **O trabalho no Brasil dos anos 2000**: duas faces de um mesmo processo. In: VERAS de O., [et al] (Orgs). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho*. UFPB, 2011.

---

A possibilidade de se alocar dentro do mercado de trabalho não é somente a oportunidade de garantir uma estabilidade financeira para custeio dos itens básicos de sobrevivência de si ou de seus dependentes, mas é também uma forma de empoderamento, de alocação dentro da sociedade e dentro de um espaço social, movidos não somente pelas atividades de trabalho, mas também pelas relações interpessoais e pela colocação em prática de preceitos adquiridos ao longo de uma carreira profissional e educacional. Mas aí neste contexto surge um importante problemática: se o mercado de trabalho é algo que reflete não somente no aspecto econômico, mas também na inserção social e sensação de pertencimento a coletividade, quais os critérios (ou ausência destes) para que a distinção de gêneros afete a inserção da mulher (e outros gêneros marginalizados) de modo efetivo e com equidade nos meios profissionais?

Na construção de uma resposta para tal indagação, é necessário primeiramente definir alguns termos sobre uma perspectiva não somente jurídica, mas também sociológica. Inicialmente, se faz importante discutir o termo “gênero” no contexto social atual e na construção histórica. Gênero em conceito, é uma série de objetos ou seres que possuem alguma similaridade que são capazes de englobar estes itens ou sujeitos em um conjunto único. No contexto social e sociológico, tal definição tem um caráter ainda mais amplo, sendo que as discussões que envolvem o tema abordam as problemáticas envolvidas a partir de diferentes teorias.

Relacionando a discussão do termo com a questão do mercado de trabalho, o debate se torna ainda mais complexo. A partir do instante em que não há uma equalização entre os gêneros no mercado de trabalho, alguns obterão vantagens em detrimentos de outros, mas o assunto ainda repercute na seguinte problemática: quantos gêneros existem? Segundo alguns pontos de vista, definir os seres humanos em dois gêneros: feminino e masculino é uma ideia rasa, superficial e até mesmo preconceituosa.

Uma das teorias sociológicas que explica a formação histórica e cultural que coloca

homens e mulheres em papéis diferentes dentro do mercado de trabalho, é aquela que conceitua homens e mulheres dentro de um contexto de complementaridade.<sup>11</sup>

Tal teoria ou ponto de vista, enfatiza que homens são mais capazes de realizar certas funções não somente no cenário do mercado de trabalho, mas também em outras posições sociais com mais facilidade de que mulheres; já as mulheres, devem assumir funções de menor destaque, com tarefas mais relacionadas ao cuidado e posições menos expressivas. Em uma ideia ainda mais radical, essa divisão sexual do trabalho se fundamenta em funções mais produtivas para os homens e reprodutivas para as mulheres. Em ambos os casos, essa falta de equidade ou pré-julgamentos do que homens e mulheres são capazes, acaba limitando as possibilidades das mulheres de ingressarem com mais força no cenário do trabalho, assim como tenham mais dificuldades de ocupar ou se manter em funções consideradas tipicamente masculinas, e quando ainda com todas essas dificuldades conseguem se posicionar nestas posições, existe outra questão que preocupa, que é a ausência de equiparação salarial entre homens e mulheres.

Acerca das teorias citadas, é importante frisar que se trata de uma perspectiva culturalmente naturalizada da divisão sexual do trabalho, sem qualquer fundamento biológico e, outra, de dominação ideológica, cujas desigualdades são fundamentadas na divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, a partir de princípios culturais organizadores de separação e hierarquia. Deste modo, a divisão do trabalho a partir do gênero, tem como característica um teor ideológico. Não basta somente que leis ou normas sejam criadas, é importante também que existam estratégias voltadas a mudança de mentalidade, trocando o machismo e o patriarquismo por uma mentalidade mais aberta e voltada a equidade e a igualdade nas relações, independentemente do gênero.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> SCHWARZ, R. G. THOMÉ, C. F. **Divisão sexual do trabalho e impactos na saúde das trabalhadoras:** adoecimento por ler/dort. Revista Direitos, trabalho e política social, CUIABÁ, V. 3, n. 5, Jul./dez. 2017, p. 127.

<sup>12</sup> DALLARI, Dalmo de Abreu. **Os direitos da mulher cidadã.** São Paulo, Saraiva, 2016.

Se entende então, que as desigualdades nas relações ultrapassam os limites do mercado de trabalho e chegam a outras esferas sociais, inclusive até nas relações dentro dos seios familiares. Mas cumpre salientar, que estas disparidades dentro do mercado de trabalho, reforçam uma subordinação que vem se perpetuando ao longo das décadas por variados motivos, sendo pauta recorrente em variados âmbitos, com a criação de leis específicas inclusive, mas que ainda enfrenta muitas dificuldades para que ações práticas realmente resultem em melhorias nesta conjuntura.

Sendo assim, a divisão sexual do trabalho não se sintetiza como uma questão puramente biológica, mas sim como de construções sociais que privilegiam alguns e detrimento de outros. Cabe dizer que essa subordinação nas quais alguns são colocados sem nenhuma chance de melhora, se dá também devido a outros fatores, como fatores relacionados a etnia, a religião, a situação econômica, entre outros, sendo que todos esses exemplos são formas claras de discriminação e também subordinação.

Obviamente a construção de valores sociais se dá devido a diversos fatores, sendo que muitos elementos se perpetuam de geração a geração, sendo a desconstrução de paradigmas algo complexo, que exige estratégias e mudanças de mentalidade de longo prazo, com construção de leis, mas também na busca de formar cidadãos mais aptos a entender e lutar em prol deste norte de equidade. Mas um ambiente de construção de cidadão/sujeitos para a atuação em sociedade, sem dúvidas, é o ambiente familiar.<sup>13</sup>

O humano é um ser que se insere em sociedade na busca de independência econômica, relações afetivas e cumprir certos objetivos pessoais e coletivos. Entretanto, cada cidadão tem suas particularidades e construções psicológicas próprias, que decorrem de toda uma bagagem ambiental que é construída ao longo de suas vidas, sendo que a instituição da família e a convivência com as demais pessoas no seio familiar, são as primeiras relações que

---

<sup>13</sup> DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.

a criança constrói, que terá tendência de reproduzir em sociedade. Isso significa dizer que alguém criado em uma família que até mesmo inconscientemente subordina mulheres a vontade de homens, única e exclusivamente por essa relação de gênero, tende a formar um cidadão que reproduza tais pensamentos e outros âmbitos de relação social, seja na escola, no mercado de trabalho e até mesmo (ou principalmente) nas suas relações afetivas. Esse tipo de construção, traz detrimentos sociais de grande amplitude, haja vista que pode fomentar e perpetuar a ausência de equidade entre homens e mulheres puramente pelas questões ideológicas de gêneros. Neste contexto, enquanto meio de reprodução social, o espaço doméstico ainda é predominantemente patriarcal.<sup>14</sup>

Nessa concepção se entende que dentro da sociedade contemporânea, ainda há a perpetuação de construções históricas de dominação pautada pelas diferenças de gênero, o que pode ser entendido como a “biologização” das relações. Neste caso, se existe uma relação de dominação, existem dois polos, o dominador e o dominado. Nas relações entre homens e mulheres no mercado de trabalho, esse reflexo ainda é bastante perceptível, onde homens normalmente ocupam cargos de maior responsabilidade em detrimento de mulheres, sem nenhum tipo de critério técnico, mas sim, simplesmente pelo preconceito ou a chamada naturalização das relações desiguais.

Um exemplo prático que reforça esse tipo de dominação, é o espanto ou surpresa de muitos a se depararem com mulheres em cargos de comando, liderando uma grande quantidade de pessoas (inclusive homens) como se mulheres tivessem naturalmente menor capacidade de exercer cargos de liderança. Ainda nesse diapasão, cabe citar outro exemplo, que embora tenha característica parecida reflete outra forma de dominação. Como em uma sociedade machista a mulher é vista como somente capaz de exercer cargos com menor responsabilidade ou daqueles atrelados ao cuidado, as escolas, especialmente nos primeiros

---

<sup>14</sup> SCHWARZ, R. G. THOMÉ, C. F. **Divisão sexual do trabalho e impactos na saúde das trabalhadoras:** adoecimento por ler/dort. Revista Direitos, trabalho e política social, CUIABÁ, V. 3, n. 5, Jul./dez. 2017.

anos de escolarização, são marcadas quase que em sua totalidade pelo trabalho de mulheres. Isso reforça a tese de que mulheres normalmente são condicionadas a trabalhos mais voltados ao cuidado e ao ensino, e homens com trabalhos mais voltados a cargos de liderança.

Ainda reforçando essa discussão a partir do mercado de trabalho no ambiente escolar, o percentual de mulheres no trabalho com crianças pequenas é ainda maior, para reforçar estes fatores, é importante trazer dados expostos em 2020 que versa sobre esta questão. Segundo dados do Censo Escolar de 2020, as mulheres representam 81% do quadro docente no ensino regular no Brasil, enquanto homens ocupam os outros 19%. A princípio, esse dado já reforça outro dado, que afirma que as mulheres têm um grau de instrução maior que o dos homens, mas sua remuneração é menor. Tratando da divisão sexual do trabalho no ambiente educacional, os dados do Censo ainda dizem que na Educação Infantil, 98% dos docentes são mulheres (faixa etária de 0 a 5 anos), já no Ensino Fundamental I (faixa etária de 6 a 10 anos) as mulheres representam 88% do quadro docente, no Ensino Fundamental II (jovens de 11 a 14 anos) as mulheres representam 66% do quadro docente, sendo que esse percentual cai para 58% no Ensino Médio.<sup>15</sup>

Todos estes números mostram que quanto menor a faixa etária do estudante, maior a quantidade de mulheres no quadro docente, reforçando essa construção social de que funções relacionadas ao cuidado são mais voltadas a mulheres, e homens assumem outros papéis sociais. Outro dado também exposto pelo mesmo censo, mostra um fator ainda mais alarmante: embora as mulheres no Brasil tenham um grau de instrução maior, exerçam as mesmas funções que homens e sejam a maior no quadro docente no Brasil, elas recebem em média 12% a menos que homens no cenário educacional no Brasil. Não há nenhum outro aspecto que justifique essa injustiça, exceto o machismo e a divisão sexual do trabalho ainda

---

<sup>15</sup> BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020**: resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília : Inep, 2021.

---

tão enraizada na conjuntura e na mentalidade da população, o que fatalmente refletem essa ausência de equidade no mercado de trabalho das escolas.<sup>16</sup>

Sendo assim, a divisão sexual do trabalho rotula as mulheres como responsáveis pelo trabalho doméstico e o cuidado com as crianças (o que se expande até ao mercado de trabalho). Obviamente funções relacionadas ao cuidado não são e nem devem ser desmerecidas como algo menos importante que outros cargos, porém, refletem uma violência simbólica, o machismo e a manutenção do patriarquismo.

Esse tipo de ideia de divisão de trabalho, também coloca a mulher como o sexo frágil. Esse tipo de colocação, além de expressar um completo machismo, também reforça a divisão sexual do trabalho e a violência simbólica; é como condicionar a mulher a permanecer sempre em posições de submissão ao homem exclusivamente por ser mulher, ter menor capacidade de liderança, além da fragilidade inerente ao corpo feminino em relação ao masculino. Embora tais argumentos não tenham fundamento algum, esse tipo de mentalidade ainda persiste, trazendo inúmeros prejuízos não só as mulheres, mas a todos que são privados da força feminina que poderia ser empregada nos mais diferentes ambientes.

Dentro dessa conjuntura, a ideia de “sexo frágil” comumente empregada as mulheres, é uma construção puramente cultural, sendo que os seus fundamentos estão embasados na violência simbólica e na divisão do trabalho entre produtivo e reprodutivo, sendo que o segundo cabe as mulheres e o primeiro aos homens; combater esse tipo de ideológica, é também lutar em prol de equidade.

Existem estudos que fundamentam essa questão, sendo que a luta contra a subordinação das mulheres deve ser uma prática constante, e liderada não só por mulheres injustiçadas, mas sim, por todos, independentemente do gênero, que entendam a

---

<sup>16</sup> *Ibidem.*

---

importância da desconstrução destes paradigmas preconceituosos.<sup>17</sup>

Se entende, também, que a divisão sexual do trabalho, além das consequências do patriarcado, não decorre da forma ou regime de governo, mas sim da perpetuação das práticas de subordinação. Sendo que uma das formas mais agressivas e desiguais destas subordinações, é a remuneração inferior das mulheres mesmo que ocupem os mesmos cargos de homens. Mas não é o capital que gera tais desigualdades, mas sim, a estrutural social; o capital é apenas uma ferramenta para a discriminação e violências simbólica.

Sendo assim, a mudança em busca da equidade nas relações de gêneros deve ser objetivada nos mais variados âmbitos; iniciando pelas conjunturas do seio familiar, passando pelas relações que vão se formando e se reformulando dentro do espaço escolar, se ampliando ao mercado de trabalho e a construção de novos laços afetivos a partir da vida adulta. Todos esses aspectos que envolvem a equidade e igualdade entre os gêneros parece algo que deve ocorrer por motivos próprios, pela moralidade, e não por ter legislações que versem sobre a temática.

Mas mesmo que essa equidade e igualdade pareça óbvia as vistas dos mais esclarecidos acerca do assunto, é importante fundamentar essa questão também a partir da ótica do direito, da justiça e das leis que estruturam todas as relações no país, a partir da Constituição e demais normais que a complementam.

Deste modo, cabe na sequência do estudo, deliberar acerca de aspectos relacionados às leis vigentes, a dignidade humana, o direito a igualdade e não discriminação em todos os ambientes.

#### 4. DIGNIDADE HUMANA, IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

O Brasil é um país que tem como premissa em sua Constituição Federal, promulgada

---

<sup>17</sup> BADINTER. E. **Rumos equivocados: o feminismo e alguns destinos**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016, p. 30.

no ano de 1988, que todos devem receber o mesmo tratamento perante a lei e perante aos demais membros da sociedade, sendo que ninguém, sob nenhuma hipótese, deva ser discriminado por sua cor, religião, gênero, situação econômica e afins. A discriminação, em conceito, tem um caráter amplamente prejudicial e injusto, que pode trazer inúmeros detrimientos a vítima, podendo causar humilhação, segregação ou até perda de direitos básicos. Sendo assim, a discriminação deve ser algo combatido em todas as esferas da sociedade, sendo que a busca pela igualdade e equidade devem ser objetivos norteadores nessa conjuntura.<sup>18</sup>

A igualdade se caracteriza como a busca em equiparar todos da mesma forma perante a algo ou alguém. A Constituição, por exemplo, prega em seu artigo 5º que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;  
II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;  
III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;  
[...]<sup>19</sup>

Neste trecho da carta magna, é possível perceber a busca pela garantia da igualdade, especialmente no que se refere ao fato de que homens e mulheres devem ser iguais não somente nas suas obrigações, mas também em seus direitos.

Já a equidade, embora tenham o mesmo objetivo, que é de promover a justiça em detrimento de ações equívocas devido a fatores diversos, sua definição é diferente da igualdade, sendo que jamais podem ser colocadas como sinônimos. A equidade, nem sempre coloca sujeitos sobre as mesmas condições em relação a algo, mas sim, com as possibilidades

---

<sup>18</sup> TELLES, Cristina. **Direito à Igualdade de Gênero: uma proposta de densificação do Art. 5º, I, da Constituição de 1988.** R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, t. 1, p. 169-204, set.-dez., 2019, p. 177.

<sup>19</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

de alcança-las, reconhecendo eventuais limitações de alguns, mas não deixando que eventuais limitações sejam capazes de segregar ou trazer detrimientos a este, ao mesmo tempo que não busca privilegiá-los devido a tais condições. Em síntese, é promover a igualdade por meio da oferta de condições diferenciadas, levando em consideração as limitações de cada sujeito no contexto que se está em questão.

Entendendo as diferenças entre os termos, cabe trazê-los para o bojo de outra temática, que é o feminismo, como exposto:

A igualdade formal constitui a faceta mais evidente do direito fundamental consagrado no art. 5º I, da CF/1988 e remonta historicamente à origem do feminismo. Com efeito, durante a primeira onda do movimento, tanto nos Estados Unidos e na Europa como no Brasil, buscava-se, principalmente, a igualdade das mulheres perante a lei, sendo a participação no sufrágio o exemplo maior disso. Com o passar do tempo, no entanto, o feminismo foi se tornando cada vez mais crítico dessa compreensão das mulheres, ela passou a ser tida como uma ferramenta de manutenção, escamoteada, de uma ordem político-social eminentemente masculina e discriminatória.<sup>20</sup>

A colocação supracitada, apesar de extremamente relevante, não precisa servir como fundamento para o repúdio da igualdade em sua extensão formal. Para se alcançar uma sociedade com mais justiça no que se refere a gênero, assim como motivos pragmáticos para o seu amparo, sob a ótica da dimensão formal de igualdade de gêneros, impedindo, deste modo, que este embase à reiteração de modelos normativos com teor discriminatório.

Nessa conjuntura, a igualdade formal é entendida como uma expansão dos direitos ofertados aos homens também para as mulheres, o que se mostra como algo equivocado, deve ser, sim, como algo que assegure o tratamento igual de homens e mulheres, com ordenamentos capazes de permitir o questionamento e as constantes reformas que se façam necessárias para se obter a igualdade. Ocorrer, neste caso, igualdade em relação a lei, assim como um exercício devotado de problematizar as questões e o conteúdo da lei, objetivando

---

<sup>20</sup> TELLES, Cristina. **Direito à Igualdade de Gênero: uma proposta de densificação do Art. 5º, I, da Constituição de 1988.** R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, t. 1, p. 169-204, set.-dez., 2019, p. 177

---

quebrar os paradigmas de perpetuação de padrões que atacam direitos das mulheres.

Isso significa dizer que jamais se deve considerar que as mulheres precisam ter direitos equivalentes ao dos homens como estratégia de equidade, mas sim, como de igualdade, haja vista que o gênero não é impeditivo para a garantia de nenhum direito, e que homens não devam ser vistos, mesmo que de forma subjetiva, como superiores; ou como nascer ou se entender como mulher, coloque alguém em posição de desvantagem, pois não há gênero inferior ou superior.

Se remete dentro dessa conjuntura, a importância, novamente, de se citar a Constituição. Mas essa menção não é no aspecto específico de seus artigos, mas sim, da Carta Magna em sua totalidade, como sendo exemplo de igualdade e equidade, com respeito as mais diferentes formas de inserção e manutenção em uma sociedade justa:

O texto da Constituição de 1988 foi considerado bastante avançado em questões essenciais para a garantia dos direitos dos cidadãos e das minorias. Esse avanço somente foi possível devido à mobilização social em torno de uma participação mais ativa dos brasileiros na elaboração da Constituição do país. Essa participação se deu por meio de associações, comitês pró-participação popular, sindicatos, plenários de ativistas, entre outros. A importância da Constituição de 1988 está justamente no fato de que a população se mobilizou para que suas demandas fossem ouvidas e consideradas.<sup>21</sup>

Sendo assim, a Constituição Cidadã, representa um marco positivo na história brasileira no que se refere a busca por igualdade nos mais variados sentidos, inclusive na igualdade de gêneros. Além disso, a dignidade é um aspecto bastante citado na Constituição, sendo necessário debater sobre algumas de suas características, atrelando o debate a questão da ordem de igualdade de gêneros.

A Constituição fez menção a dignidade humana e dignidade da pessoa humana, deste modo, cabe de forma sucinta fazer a diferenciação dos termos. A dignidade humana, se refere

---

<sup>21</sup> LIMA, A. R. **Construção de uma sociedade política**. Revista dos tribunais, v.20. n.19, jul./set. 2015, p. 13.

a um direito coletivo, que jamais deve ser privado de uma sociedade, onde qualquer sujeito deva ter suas garantias de subsistência e respeito garantidas, assim como a possibilidade de ser parte integrante desta mesma coletividade, de forma ativa, se nenhum tipo de submissão ou subjugamento seja pelo qual motivo for, como razões étnicas, religiosas, posição social, econômica ou por ter em algum momento regredido a lei; isso significa dizer, que até mesmo aqueles que cometem crimes devem ter sua dignidade respeitada, sendo que sua punição deve ser definida através de julgamento e eventual privação de liberdade, multa ou outra forma de julgado.

Já a dignidade da pessoa humana, representa valores parecidos, mas se conduz a necessidade individual de cada sujeito dentro de um contexto. Visa suprimir qualquer tipo de injustiça, sendo que este mesmo sujeito também deva ser respeitado dentro da conjuntura em que está inserido. Ainda nesse bojo, o Estado tem função imprescindível, haja vista que muitos dos direitos devem ser garantidos a todos os cidadãos por meio de intervenção direta do Estado, que deve tutelar todas as ações a nível social, de modo a mitigar injustiças e desigualdades.

## 5. A IGUALDADE DE GÊNERO SOB AS ÓTICAS DA REDISTRIBUIÇÃO E DO RECONHECIMENTO

Os movimentos feministas são evidentemente distintos em suas reivindicações e, por vezes, controversos em seus argumentos em busca da igualdade de gênero. Ainda assim, é possível valer-se de estudos sobre ética e reconhecimento que os unem em seus objetivos.<sup>22</sup>

A política da igualdade fundada no multiculturalismo, compreende as demandas através da busca por reconhecimento. Aliados a ela, almeja-se, por um lado, o reconhecimento nas diferenças, construindo uma luta que se volta para construção de um código cultural de identidades específicas, e, por outro, o investimento em uma

---

<sup>22</sup> FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** In: Lua Nova, São Paulo, n. 70, pp. 101-138, 2007.

redistribuição de oportunidades que assegurem a igualdade. Ainda que estas não sejam excludentes, se revelam constantemente contraditórias em sua implementação, como o reconhecimento jurídico do papel predominante das mulheres no cuidado com os filhos, compensado por direito exclusivo fundado no reconhecimento das diferenças, como no caso da licença maternidade, e a libertação deste ônus frente a demandas por condições igualitárias, enquanto política de igualdade de redistribuição, como no caso da licença paternal.

Aponta-se, então, em perspectiva abrangente dos aspectos emancipatórios, as dimensões econômica e cultural da injustiça, dado, como exemplo, que uma mulher dona de casa, sem remuneração, tem seu trabalho explorado e concomitantemente desvalorizado sob domínio cultural de inferiorização frente a trabalhos ditos masculinos. Seria necessário integrar redistribuição e reconhecimento, relacionando moralidade, enquanto campo conceitual determinado entre o justo e correto, com ética, determinada na relação entre o bem e a boa vida. Por vezes, deduz-se que a moral é o que nos faz bem, porém, em outras, há a sobreposição da moral à ética, institucionalizando padrões de comportamento que excluem grupos sociais do acesso ao bem-estar. Propor-se, assim, a construção de uma política de reconhecimento capaz de englobar valores éticos de bem-estar e valores morais do que é correto, que supere o padrão de reconhecimento de identidade por enfatizar uma estrutura psíquica simplificada da identidade de grupo em prejuízo à heterogeneidade das instituições e interações sociais.<sup>23</sup>

Desta perspectiva, recomenda-se a união de propósitos sem prejuízo à multiplicidade de identificações. E, ainda que as mulheres enfrentem condições comuns de desigualdade em relação aos homens, os elementos destas relações revelam-se variados e, portanto, a superação da injustiça carece de um tratamento das particularidades de cada grupo (donas

---

<sup>23</sup> CASTRO, Susana de. **Nancy Fraser e a Teoria da Justiça na Contemporaneidade**. Revista Redecrições – Revista *on line* do GT de Pragmatismo e Filosofia Norte-americana, Ano 2, Número 2, 2010.

de casa, mães solo, negras, lésbicas, deficientes, etc.), para que a busca por reconhecimento seja através da identidade de condições de seus membros em interação social. Trata-se, assim, do reconhecimento do *status social*, enquanto condição dos membros, o que implica um exame de valoração cultural em busca de padrões institucionalizados de efeitos sobre a posição relativa dos atores. Um reconhecimento recíproco, de igualdade de *status*, em padrões constitutivos de parceiros capazes de participar como iguais, e um não reconhecimento, de subordinação de *status*, quando institucionalizados padrões de exclusão e inferiorização entre os atores envolvidos.<sup>24</sup>

O aspecto relacionado a redistribuição é uma pauta que, historicamente, se mostra relevante ao que se refere a iniquidade das relações, haja vista que, a princípio, a desigualdade econômica também coloca as mulheres em situação de desvantagem em relação aos homens, sendo que a impossibilidade de realizar trabalhos fora do âmbito doméstico, causava uma dependência financeiras destas em relação a terceiros. Obviamente que não se pode reduzir uma questão histórica em poucos parágrafos, mas existem alguns fatores que podem ser elencados para embasar tal conjuntura. Com o passar das décadas, a mulher passou a ter mais possibilidade de se libertar desta dependência tão marcada em períodos passados, seja com a possibilidade de ingressar em centro de educação formal, assim como o acesso ao mercado de trabalho.<sup>25</sup>

Notadamente, a dimensão redistributiva se apresenta como uma questão relevante para pensar o desafio social não somente das mulheres, mas também de todos os gêneros. Neste caso, diversos aspectos devem ser considerados, como a equiparação salarial, além da igualdade no exercício das funções. A independência financeira, inclusive, pode possibilitar a quebra destes paradigmas de submissão, assim como influir direta e indiretamente na valorização do serviço doméstico, que em certos casos virou atividade profissional. Mas essa

---

<sup>24</sup> FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** In: Lua Nova, São Paulo, n. 70, pp. 101-138, 2007.

<sup>25</sup> TELLES, Cristina. **Direito à Igualdade de Gênero: uma proposta de densificação do Art. 5º, I, da Constituição de 1988.** R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, t. 1, p. 169-204, set.-dez., 2019, p.75

maior valorização dos trabalhos relacionados ao cuidado (como de crianças e idosos, por exemplo) deve servir também, para mostrar que tanto homens quanto mulheres, tem capacidades para desempenhar funções nestes cenários, sendo que em nenhuma hipótese isso deve ser motivo para rebaixar ou subjugar alguém.<sup>26</sup>

Ainda que certos trabalhos ditos tradicionalmente como femininos tenham passado pela profissionalização em escala maior, isso, por si só, não garantiu grandes avanços em relação a equidade, mas refletiu uma desigualdade racial, econômica e de gênero, haja vista que esses trabalhos ainda são realizados majoritariamente por mulheres da parcela mais pobre e negra, com baixa remuneração e culturalmente considerados menos importantes, o esse reflete o teor machista intrínseco à sociedade.

Ainda que não seja o foco central deste estudo, merece menção a questão do encaminhamento e planejamento orçamentário sob a perspectiva da interseccionalidade. Essa vulnerabilidade feminina, decorre especialmente do fato dos cargos mais altos hierarquicamente serem ocupados especialmente por homens, sendo que em momentos de retrações econômicas, como as que tem sido vivenciadas ao longo do século XXI por diversas razões, causam os impactos mais significativos às pessoas mais pobres e vulneráveis. Ou seja, a desvalorização socioeconômica ainda é uma barreira que precisa ser superada, como forma de garantir maior amplitude de redistribuição e reconhecimento. Para isso, se deve pensar na ruptura dos estereótipos impostos como femininos no mercado de trabalho e no contexto social, por parte de todos que entendem a complexidade destes paradigmas. Além disso, tudo deve ser pensado a curto, médio e longo prazo, seja no campo político, legislativo e alcançando até os aspectos mais cotidianos da vida em sociedade.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

<sup>26</sup> BARCELLOS, A. P. **A eficácia jurídica dos preceitos constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana.** Rio de Janeiro, Renovar, 2012.

---

A partir da presente revisão de literatura, ficou evidenciado que a luta por igualdade e equidade em relação aos gêneros é uma luta que progrediu significativamente ao longo dos séculos e especialmente nas últimas décadas, mas que ainda é algo que deve ser debatido, haja vista que muitos aspectos ainda precisam ser melhorados e paradigmas serem rompidos.

Mas para entender toda essa conjuntura, coube ao estudo, discorrer inicialmente ao conceito de gênero. Na antiguidade os gêneros eram definidos somente por questões biológicas, sendo que o homem representa o reflexo do perfeito, e a mulher representava um homem incompleto, como algo devesse ser subjugado pelas suas ausências em relação ao corpo masculino. No passar das décadas, este conceito foi se modificando, e se entendeu que homens e mulheres são diferentes, mas mesmo assim homens permaneceram sendo postos como superiores. Por fim, em contexto contemporâneo, essa conjuntura ganhou novas facetas e pautas, sendo que o gênero não é algo somente biológico, mas também envolve o auto reconhecimento e não se limita a feminino e masculino.

Na sequência, se abordou os impactos deste contexto histórico em relação a divisão sexual do trabalho. Devido a tais paradigmas, que se desenvolveram ao longo de centenas de anos, o mercado de trabalho ainda está muito condicionado a estas construções. Em síntese, evidencia-se que a mulher ainda está muito associada a trabalhos mais relacionados ao cuidado e limpeza, enquanto postos de chefia e com mais altas remunerações estão condicionados a homens. Além disso, nos casos onde homens e mulheres exercem as mesmas funções, as últimas tendem a receber salários menores sem nenhum tipo de critério técnico que seja suficiente para embasar tais disparidades.

Se discutiu também como Constituição, a dignidade humana e a não discriminação envolvem a temática da divisão sexual do trabalho e toda a violência simbólica, haja vista que aprimorar estes aspectos, é também lutar em prol de um mercado de trabalho e uma sociedade mais justa de forma geral, minimizando as iniquidades.

Por fim, se relatou como os princípios da redistribuição e do reconhecimento são amplos e complexos de serem alcançados e de como a sociedade ainda caminha a passos lentos em certos sentidos. A ideia de condicionar as mulheres a trabalhos menos valorizados, fomentar a dependência feminina em relação aos homens norteados pela iniquidade de acesso e permanência em funções laborais diversas, assim como toda a carga de preconceito e impotência condicionada as mulheres, especialmente as mulheres negras, são fatores que precisam ser repensados e mitigados a curto, médio e longo prazo pela sociedade de um modo amplo.

#### REFERÊNCIAS

- BADINTER. E. **Rumos equivocados: o feminismo e alguns destinos**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016
- BARCELLOS, A. P. **A eficácia jurídica dos preceitos constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana**. Rio de Janeiro, Renovar, 2012.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020: resumo técnico [recurso eletrônico]** – Brasília : Inep, 2021.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CASTRO, Susana de. **Nancy Fraser e a Teoria da Justiça na Contemporaneidade**. Revista Redecrições – Revista *on line* do GT de Pragmatismo e Filosofia Norte-americana, Ano 2, Número 2, 2010.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Os direitos da mulher cidadã**. São Paulo, Saraiva, 2016
- DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.
- FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** In: Lua Nova, São Paulo, n. 70, pp. 101-138, 2007.

- 
- LEITE, M. **O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo.** In: VERAS de O., [et al] (Orgs). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho.* UFPB, 2011
- LEMOS JUNIOR, Eloy Pereira. TIAGO, Leandra Chaves. **A dominação masculina e a divisão sexual do trabalho: perpetuação da violência simbólica em face da mulher brasileira nos espaços públicos.** *Redes: R. Eletr. Dir. Soc., Canoas*, v. 6, n. 2, p. 87-106, set. 2018.
- LIMA, A. R. **Construção de uma sociedade política.** *Revista dos tribunais*, v.20. n.19, jul./set. 2015
- PRATA, Ana Rita Souza. **Igualdade e não discriminação de gênero contra as mulheres no direito internacional dos Direitos Humanos: análise da jurisprudência consultiva interamericana.** [Tese de Mestrado] Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SCHWARZ, R. G. THOMÉ, C. F. **Divisão sexual do trabalho e impactos na saúde das trabalhadoras: adoecimento por ler/dort.** *Revista Direitos, trabalho e política social, CUIABÁ*, V. 3, n. 5, Jul./dez. 2017, p. 123
- TELLES, Cristina. **Direito à Igualdade de Gênero: uma proposta de densificação do Art. 5º, I, da Constituição de 1988.** *R. EMERJ*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, t. 1, p. 169-204, set.-dez., 2019
- THOME, C. F. **O princípio da igualdade em gênero e a participação das mulheres nas organizações sindicais de trabalhadores.** [Tese de Doutorado], Universidade de São Paulo, 2012, p. 133.